

DIREITO DO ESTADO

NOVAS TENDÊNCIAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Teoria Geral do Direito do Estado

Direito Constitucional

Direito Tributário

Direito Administrativo

Edição Especial

DIREITO DO ESTADO

Novas Tendências

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

VOLUME IV – NÚMERO VII

EDIÇÃO ESPECIAL

OUTUBRO/2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Prof. Dr. José Carlos Ferraz Hennemann – Reitor
Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca – Vice-Reitor

FACULDADE DE DIREITO

Prof. Sérgio José Porto – Diretor
Manoel André da Rocha – Vice-Diretor

DIRETORA	ACADÊMICO RESPONSÁVEL
Profa. Dra. Cláudia Lima Marques	Silvio Javier Battello
COORDENADORA DO VOLUME	SECRETÁRIA EXECUTIVA
Profa. Dra. Cláudia Lima Marques	Eliane Kusbick

CONSELHO	EDITORIAL
Prof. Almiro do Couto e Silva	Prof. Dr. Francisco Araújo Santos
Prof. Dr. Carlos Alberto Alvaro de Oliveira	Prof. Dr. Luís Afonso Heck
Prof. Dr. Cezar Saldanha Souza Júnior	Prof. Dr. Luiz Fernando Barzotto
Profa. Dra. Claudia Lima Marques	Profa. Dra. Martha Lúcia Olivar Jimenez
Prof. Dr. Cláudio Fortunato Michelin Jr.	Prof. Dr. Peter Walter Ashton
Prof. Franz August Gernot Lippert	Prof. Dr. Raúl Enrique Rojo
Prof. Dr. Humberto Bergman Ávila	Prof. Dr. Rui Portanova
Prof. Dr. José Alcebiades de Oliveira Jr.	Prof. Sérgio José Porto
Rep. Dis. Juliana Leite Ribeiro do Vale	

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

DIREITO DO ESTADO – Novas Tendências. Edição Especial. Vol. IV, nº VII (out. 2005)
Porto Alegre PPGDir./UFRGS, 2005.
704 p.; 21,0 x 15,0 cm
ISSN 1678-5029
Semestral
I. Direito: Periódicos. I. Universidade Federal do Rio Grande do Sul

CDD 34(05)

Tragem: 500 exemplares

Bibliotecária responsável: Naila Toguinho

Os cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGDir./UFRGS é uma publicação semestral, elaborado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Todos os direitos são reservados, nenhuma parte pode ser reproduzida ou transmitida sob quaisquer meios, sejam mecânicos ou eletrônicos, incluindo a fotocópia de qualquer informação sem a prévia autorização.

O Conselho Editorial não assume a responsabilidade por qualquer material publicado nesta revista. Os trabalhos publicados representam o pensamento de seus autores.

Serão aceitos para publicação ensaios, artigos e resenhas inéditas, aprovados pelo Conselho Editorial. Para mais informações acesse nossa página: <http://www.ufrgs.br/ppgd>

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
Faculdade de Direito - UFRGS
Av. João Pessoa, 80 - 2º andar
Porto Alegre - RS - 90040-000
Fone: 51 3316-3306 - Fone/Fax: 51 3316-3987
e-mail: ppgd@ufrgs.br - <http://www.ufrgs.br/ppgd>

Pede-se permuta
Piedese canje
We ask exchange
On demande échange
Wir bitten um autausch
Si richiede lo scambio

APRESENTAÇÃO

A presente edição especial é dedicada às pesquisas realizadas por alunos do Curso de Pós Graduação em Direito do Estado da UFRGS, nas áreas de Teoria Geral do Direito do Estado, Direito Constitucional, Direito Administrativo e Direito Tributário, com a colaboração também de textos de alguns dos professores do Curso.

Os temas tratados refletem as preocupações mais recentes da pesquisa jurídica, fruto de trabalho em conjunto com os Professores do Pós Graduação, na busca da excelência da pesquisa na Universidade Pública. Evidentemente há mais pesquisas que poderiam estar nessa coletânea, mas que por motivos de espaço físico não puderam estar publicadas.

Os professores desse Curso de Especialização em Direito do Estado merecem especial agradecimento pela dedicação e esforço, sem os quais não seria possível referir o sucesso do curso:

Professores: Luis Fernando Barzotto, Cláudio F. Michelon Jr., Manoel Gonçalves, Luís Afonso Heck, Humberto Ávila, Plínio Melgaré, Maria Isabel de Azevedo Souza, Itiberê Rodrigues, Leandro Paulsen, Luís Felipe Silveira Difini, Rafael de Cás Maffini, Almiro do Couto e Silva, Diogo de Figueiredo, Luis Henrique dos Anjos e José Levi Mello do Amaral Junior.

Prof. Dr. Cezar Saldanha Souza Júnior

*Coordenador do Pós Graduação em Direito da UFRGS
E Coordenador Geral do Curso de Especialização em Direito do Estado*

Profª. Dra. Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira

Coordenadora Acadêmica do Curso de Especialização em Direito do Estado

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE

TEORIA GERAL DO DIREITO DO ESTADO

<i>Ética e Direitos Fundamentais – Entre o Público e o Privado</i> Plínio Melgaré	25
<i>Hermenêutica e Interpretação: Um Estudo dos Cânones de Carlos Maximiliano</i> Elena de Lemos Pinto Aydos	33
<i>O Fornecimento de Medicamentos à Luz da Teoria da Justiça Aristotélica</i> Ana Paula Zavarize Carvalhal	61
<i>O Constitucionalismo de Valores</i> Sabrina Piccoli Marques	83
<i>O Diálogo Vertical Recíproco entre os Níveis do Ordenamento Jurídico Brasileiro</i> Adriano Fernandes Moreira	99

SEGUNDA PARTE

DIREITO CONSTITUCIONAL

<i>Liberdade de Comunicação</i> Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira	115
<i>A Declaração de Inconstitucionalidade sem Redução de Texto</i> Luís Henrique Martins dos Anjos	137
<i>Sindicabilidade Judicial das Políticas Públicas</i> Cynthia Candomil Dandolini	153
<i>Advocacia da União e Estado de Justiça</i> Marcus Ronald Carpes	167
<i>A Reforma do Sistema Eleitoral e Questões Subjacentes</i> Augusto Tergolina Salton	199

<i>O Direito à Moradia e à Regularização Fundiária nos Assentamentos Urbanos Informais</i> Cintia Maria Scheid	221
<i>A Uniformização das Decisões pela Súmula Vinculante – A Realização dos Valores Constitucionais: Segurança, Liberdade e Igualdade</i> Adriana Barzotto Rispoli	251
<i>Eficácia Jurídica das Normas Constitucionais Programáticas</i> Rafael Dias Toffanello	267

TERCEIRA PARTE

DIREITO TRIBUTÁRIO

<i>Considerações sobre a Constitucionalidade da Lei de Responsabilidade Fiscal</i> Marlise Fischer Gehres	293
<i>A Natureza Jurídica dos Encargos Emergenciais de Energia Elétrica (“Seguro Apagão”)</i> Luis Antônio Alcoba de Freitas	311
<i>A Revogação da Isenção da Cofins para as Sociedades Cíveis de Profissionais Liberais</i> Maurício Nedeff Langaro	341
<i>A Penhora On-line na Execução Fiscal através do Sistema Bacen Jud e a Proteção ao Sigilo Bancário do Devedor</i> Patrícia Vargas Lopes	377
<i>O Princípio da Isonomia Tributária e sua Aplicabilidade</i> Juliana Evangelista Montenegro Barbosa	413
<i>A Consequência Jurídica do Conflito Normativo entre a Lei Ordinária e a Lei Complementar Tributária</i> Rogério A. Fernandes de Carvalho	437
<i>Status Isonômico das Leis Complementares e Leis Ordinárias no Direito Tributário Brasileiro</i> Diego Ferreira	471
<i>As Presunções e Ficções no Direito Tributário</i> Gabriela Grings Fleck	491

QUARTA PARTE**DIREITO ADMINISTRATIVO**

<i>Atos Administrativos Sujeitos a Registro pelos Tribunais de Conta e a Decadência da Prerrogativa Anulatória da Administração Pública</i> Rafael Da Cás Maffini	519
<i>A Composição dos Colegiados da Administração Pública Direta e Indireta</i> Marília F. de Marsillac	539
<i>A Isenção Previdenciária do Servidor Público e o Abono de Permanência</i> Roberto Carus	573
<i>A Responsabilidade Civil do Estado e o Dano Moral</i> Jair José Perin	599
<i>A Suspensão do Fornecimento de Energia Elétrica a Usuário Inadimplente e o Entendimento do Superior Tribunal de Justiça</i> Juliana Druck de Oliveira Souto	615
<i>Tratamento Jurídico da Proteção e Defesa do Usuário de Serviços Públicos</i> Roberta Bagatini Bassegio	639
<i>Contratação Emergencial e Desídia Administrativa</i> Marinês Restelatto Dotti	665
<i>Os Contratos de Receita e a Licitação na Modalidade de Pregão</i> Reginaldo Arnold	687

Índice

PRIMEIRA PARTE: TEORIA GERAL DO DIREITO DO ESTADO

Ética e Direitos Fundamentais – Entre o Público e o Privado

Plínio Melgaré	25
1 INTRODUÇÃO: As Condições Constitutivas do Direito	25
2 DO DIREITO E DO NÃO DIREITO	26
3 DIREITOS FUNDAMENTAIS: ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO	27
CONCLUSÃO	32

Hermenêutica e Interpretação: Um Estudo dos Cânones de Carlos Maximiliano

Elena de Lemos Pinto Aydos	33
INTRODUÇÃO	33
1 HERMENÊUTICA E INTERPRETAÇÃO	34
1.1 Conceito e Importância da Interpretação	34
1.2 A Interpretação da Constituição	38
1.3 Os Métodos Clássicos de Interpretação	40
1.3.1 Método Literal ou Gramatical	40
1.3.2 Método Histórico	41
1.3.3 Método Sistemático	42
1.3.4 Método Teleológico	43
2 UM ESTUDO SISTEMÁTICO DOS CÂNONES DE MAXIMILIANO	43
2.1 Princípios da Interpretação Constitucional	44
2.1.1 Princípio da Supremacia da Constituição	45
2.1.2 Princípio da Constitucionalidade das Leis e dos Atos do Poder Público	47
2.1.3 Princípio da Interpretação Conforme a Constituição	49
2.1.4 Princípio da Unidade da Constituição	51
2.1.5 Princípio da (Máxima) Efetividade	53
2.2 Do Uso do Costume	54
2.3 Dos Cânones não recepcionados pela Constituição de 1988	57
CONCLUSÃO	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58

<i>O Fornecimento de Medicamentos à Luz da Teoria da Justiça Aristotélica</i> Ana Paula Zavarize Carvalho	61
INTRODUÇÃO	61
1 A TEORIA DA JUSTIÇA ARISTOTÉLICA	62
1.1 Justiça Geral	64
1.2 Justiça Distributiva	65
1.3 Justiça Corretiva	66
2 O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS	66
2.1 Base Normativa	67
2.2 Responsabilidade dos Entes da Federação	71
2.3 Intervenção Judicial	72
3 A TEORIA DA JUSTIÇA ARISTOTÉLICA E O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS	75
3.1 Medicamentos e Justiça Corretiva	75
3.2 Medicamentos e Justiça Distributiva	76
3.3 Medicamentos e Justiça Geral	78
CONCLUSÃO	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
 <i>O Constitucionalismo de Valores</i> Sabrina Piccoli Marques	 83
INTRODUÇÃO	83
1 A ERA DO CONSTITUCIONALISMO DE VALORES	84
1.1 Sentido dos Valores	84
1.2 Defesa dos Valores - O Tribunal Constitucional	87
2 O BRASIL NA ERA DO CONSTITUCIONALISMO DE VALORES	91
2.1 A Visão da Doutrina Brasileira	91
2.2 O Desenvolvimento do Constitucionalismo de Valores no Brasil	94
CONCLUSÃO	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98
 <i>O Diálogo Vertical Recíproco entre os Níveis do Ordenamento Jurídico Brasileiro</i> Adriano Fernandes Moreira	 99
INTRODUÇÃO	99
CAPÍTULO 1 - ASPECTOS GERAIS	100
1.1 Relações do nível constitucional com o infraconstitucional	100
1.2 Múltiplas dimensões do problema	102
1.3 Pontes de ligação entre o público e o privado	104
CAPÍTULO 2 - O DEBATE PÓS-MODERNO	105

2.1. O fenômeno da constitucionalização	105
2.2. Milhares de tribunais constitucionais	107
2.3. Necessidade de reforma política	108
CONCLUSÃO	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112

SEGUNDA PARTE: DIREITO CONSTITUCIONAL

<i>Liberdade de Comunicação</i>	
Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira	115
INTRODUÇÃO	115
1 OS DIREITOS DE LIBERDADE E A COMUNICAÇÃO SOCIAL	115
1.1 Conceito de liberdade e liberdade geral de ação	116
1.2 Classificação das liberdades	117
1.3 Classificação das liberdades e a comunicação social	118
2 A LIBERDADE DE COMUNICAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988	120
2.1 A classificação das liberdades de comunicação	120
2.1.1 A liberdade de comunicação em sentido estrito	120
2.1.1.1 A liberdade de manifestação do pensamento	120
2.1.1.2 A liberdade de criação intelectual, artística, científica e de comunicação	121
2.1.1.3 A liberdade de informação	122
2.1.2 A liberdade dos meios de comunicação	123
2.1.2.1 Princípios relativos ao rádio e à televisão	123
2.1.2.2 Propriedade dos meios de comunicação	124
2.1.2.3 Regime de concessão, permissão e autorização para radiofusão ...	125
2.2 A solução da colisão pela proporcionalidade	126
2.2.1 A proporcionalidade como critério	126
2.2.2 A forma de aplicação da proporcionalidade na constituição brasileira	128
2.2.3 Casos de aplicação da proporcionalidade	129
2.3 Os limites à liberdade de comunicação	130
2.3.1 Limites estabelecidos nas normas constitucionais de liberdade de comunicação	131
2.3.2 Limites estabelecidos pela ordem constitucional adotada	133
2.3.3 Limites relativos às leis gerais e conformação pelo legislador	134
CONCLUSÃO	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135
 <i>A Declaração de Inconstitucionalidade sem Redução de Texto</i>	
Luís Henrique Martins dos Anjos	137
INTRODUÇÃO	137
I NOÇÃO DO INSTITUTO	137

1.1 Conceito, natureza e fundamento	138
1.2 Admissibilidade: limites e requisitos	141
2 EFICÁCIA	144
2.1 Em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade	144
2.2 Em sede de Ação Declaratória de Constitucionalidade	150
CONCLUSÃO	151

Sindicabilidade Judicial das Políticas Públicas

Cynthia Candomil Dandolini	153
----------------------------------	-----

INTRODUÇÃO	153
1 O ESTADO SOCIAL DE DIREITO	154
1.1 O Estado de Direito e o Atual Papel do Judiciário na Sociedade Brasileira	154
1.2 O Estado Social Versus o Estado Liberal - Novas Atribuições	155
2 POLÍTICAS PÚBLICAS.	159
2.1 A Separação de Poderes e o Controle Judicial do Agir do Estado	159
2.2 A Discricionariedade do Administrador Público na Implantação das Políticas Públicas	160
2.3 A Sindicabilidade Judicial das Políticas Públicas - Limites	163
CONCLUSÃO	165
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	166

Advocacia da União e Estado de Justiça

Marcus Ronald Carpes	167
----------------------------	-----

INTRODUÇÃO	167
1 O ITINERÁRIO ATÉ O ESTADO DEMOCRÁTICO CONTEMPORÂNEO	168
1.1 Antecedentes Históricos	168
1.2 Estado de Direito Liberal	170
1.3 O Estado Democrático de Direito Contemporâneo	171
2 AS FUNÇÕES DO ESTADO DEMOCRÁTICO CONTEMPORÂNEO	173
2.1 A Separação das Funções	173
2.2 Governo, Funções Política e Administrativa	175
2.3 Interesse público	178
3 AS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA NO ESTADO DEMOCRÁTICO CONTEMPORÂNEO	180
3.1 A Busca por um Estado de Justiça	180
3.2 O Posicionamento Constitucional	181
3.3 As quatro funções essenciais à justiça e a sua Natureza	183
4 AS PROCURATURAS CONSTITUCIONAIS	185
4.1 Classificação	185
4.2 Igualdade entre as funções essenciais à justiça	187
4.3 Prerrogativas de cada uma das Procuraturas Constitucionais	188

5 A ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	189
5.1 Procuratura do Estado e defesa do interesse público	189
5.2 A Autonomia e as Garantias Constitucionais como requisito para o pleno exercício de função essencial à Justiça	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	196
<i>A Reforma do Sistema Eleitoral e Questões Subjacentes</i> Augusto Tergolina Salton	199
INTRODUÇÃO	199
1 SISTEMA PROPORCIONAL E SISTEMA MAJORITÁRIO	200
1.1 Conceitos e idéias centrais	200
1.2 Modalidades de sistemas proporcionais e a solução das sobras	202
1.3 Propostas de Emenda Constitucional. Alterações propostas e motivação	204
1.3.1 Propostas de adoção de um sistema majoritário	204
1.3.2 Propostas de manutenção de um sistema proporcional	204
1.4 Questões que surgem do confronto entre o sistema proporcional e o sistema majoritário	204
a) Distorção entre Estados	204
b) Distorção entre candidatos	205
c) Representação de minorias	206
d) Número de partidos	206
e) Governabilidade	208
f) Candidato versus partido	209
1.5 Síntese do confronto entre os sistemas eleitorais proporcional e majoritário	210
2. SISTEMA DISTRITAL: MÉRITOS E DEMÉRITOS DESSA CONCEPÇÃO	210
2.1 Possibilidades oferecidas pela idéia distrital	212
2.1.1 Voto Distrital	212
2.1.2 Sistema Distrital	212
2.1.3 Sistema Misto	213
2.2 Propostas de Emenda à Constituição que adotam a idéia distrital	213
a) Sistema distrital puro	213
b) Sistema distrital misto	214
2.3. Síntese do embate entre as três idéias distritais.	214
3 DA ESCOLHA DA PROPOSTA DE REFORMA DO SISTEMA ELEITORAL	215
CONCLUSÃO	217
A opinião do autor	217
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	219

<i>O Direito à Moradia e à Regularização Fundiária nos Assentamentos Urbanos Informais</i>	
Cintia Maria Scheid	221
INTRODUÇÃO	221
CAPÍTULO I - Políticas públicas municipais para a habitação segundo o Estatuto da Cidade	224
1 ESTATUTO DA CIDADE - Lei 10.257 de 10 de julho de 2001	224
2 PLANO DIRETOR E O DIREITO À MORADIA	225
3 INSTRUMENTOS DO ESTATUTO DA CIDADE PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS NA ÁREA DA HABITAÇÃO PARA GARANTIA DO DIREITO À MORADIA	227
3.1 Direito de superfície	227
3.2 Direito de preempção	228
3.3 Outorga onerosa do direito de construir	229
3.4 Transferência do direito de construir	230
3.5 Operações Urbanas Consorciadas	231
3.6 - Consórcio imobiliário	232
CAPÍTULO II - A regularização fundiária nos assentamentos urbanos informais para garantia do direito à moradia	233
1 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	233
2 INSTRUMENTOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	234
2.1 Instrumentos de regularização fundiária no Estatuto da Cidade	235
2.1.1 ZEIS (zonas especiais de interesse social)	236
2.1.2 Concessão de direito real de uso	237
2.1.3 Concessão de uso especial para fins de moradia	239
2.1.4 Usucapião especial de imóvel urbano	242
2.1.5 Assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos	244
2.2 Leis 6.766/79 e 9.785/99	245
CONCLUSÃO	247
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	249
 <i>A Uniformização das Decisões pela Súmula Vinculante – A Realização dos Valores Constitucionais: Segurança, Liberdade e Igualdade</i>	
Adriana Barzotto Rispoli	251
INTRODUÇÃO	251
1 SÚMULA VINCULANTE	252
1.1 Antes da Emenda Constitucional nº 45 de 2004	253
1.2 A alteração do ordenamento jurídico implantado pela Emenda Constitucional nº 45 de 2004	254

2 OS VALORES CONSTITUCIONAIS ASSEGURADOS COM A UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA	256
2.1 Segurança jurídica	257
2.2 Igualdade	261
2.3 Liberdade	263
CONCLUSÃO	264
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	265
<i>Eficácia Jurídica das Normas Constitucionais Programáticas</i>	
Rafael Dias Toffanello	267
INTRODUÇÃO	267
1 EVOLUÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS PROGRAMÁTICAS	269
2 IMPORTÂNCIA DA CONSCIÊNCIA JURÍDICA	272
3 NORMAS CONSTITUCIONAIS PROGRAMÁTICAS E DIREITOS SUBJETIVOS	277
4 EFICÁCIA JURÍDICA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS PROGRAMÁTICAS	281
CONCLUSÃO	288
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	289

TERCEIRA PARTE: DIREITO TRIBUTÁRIO

<i>Considerações sobre a constitucionalidade da Lei de Responsabilidade Fiscal</i>	
Marlise Fischer Gehres	293
INTRODUÇÃO	293
1 NORMAS CONSTITUCIONAIS ORÇAMENTÁRIAS	294
1.1 Repartição de competências	294
1.2 Restrições na elaboração do orçamento	297
2 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	301
2.1 Origem e finalidade da legislação	301
2.2 Fundamento constitucional da lei de responsabilidade fiscal	304
CONCLUSÃO	308
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	309
<i>A Natureza Jurídica dos Encargos Emergenciais de Energia Elétrica ("Seguro Apagão")</i>	
Luis Antônio Alcoba de Freitas	311
INTRODUÇÃO	311

1 O SISTEMA ELÉTRICO BRASILEIRO E OS ENCARGOS EMERGENCIAIS DA LEI Nº 10.438/02	313
1.1 Nova Modelagem do Sistema Elétrico Brasileiro	313
1.2 A Criação dos Encargos Emergenciais e da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial- CBEE	317
1.3 Conceitos Jurídicos Importantes Na Definição Dos Encargos Tarifários	322
2 PONTOS CONTROVERTIDOS NA DEFINIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA DOS ENCARGOS EMERGENCIAIS	326
2.1 Compulsoriedade do Serviço Prestado	327
2.2 Contraprestação do Serviço de Energia Elétrica	330
2.3 Destinação dos Encargos a CBEE	331
2.4 Os Encargos fazem parte da Política Tarifária Emergencial para custear o Sistema ..	333
2.5 Comparação com o Fundo Nacional de Telecomunicações e o Adicional de Tarifa Portuária	335
2.6 Obervância do Princípio da Proporcionalidade	336
CONCLUSÕES	337
REFERÊNCIAS	338
 <i>A Revogação da Isenção da Cofins para as Sociedades Cívis de Profissionais Liberais</i>	
Maurício Nedeff Langaro	341
INTRODUÇÃO	341
1 PROCESSO LEGISLATIVO, LEIS ORDINÁRIAS E LEIS COMPLEMENTARES	342
1.1 A Lei e seus Aspectos Gerais	342
1.2 Requisitos Formais das Leis Ordinárias e seu Campo Material	345
1.3 Requisitos Formais das Leis Complementares e seu Campo Material	347
2 LEIS COMPLEMENTARES EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA E A SUPOSTA HIERARQUIA ENTRE A LEI COMPLEMENTAR E A LEI ORDINÁRIA EM FACE DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	352
2.1 Leis Complementares em Matéria Tributária	352
2.2 A Suposta Hierarquia entre Lei Complementar e Lei Ordinária em Face da Constituição Federal de 1988.	355
3 COFINS E A REVOGAÇÃO DA ISENÇÃO PARA AS SOCIEDADES CIVIS DE PROFISSIONAIS LIBERAIS	359
3.1 COFINS e suas Características	359
3.2 A Revogação por Lei Ordinária da Isenção da Cofins para as Sociedades Cívis de Profissionais Liberais Instituída por Lei Complementar	366
CONCLUSÃO	373
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	375

<i>A Penhora On-line na Execução Fiscal através do Sistema Bacen Jud e a Proteção ao Sigilo Bancário do Devedor</i>	
Patrícia Vargas Lopes	377
INTRODUÇÃO	377
1 O sigilo bancário e o sistema BACEN JUD	378
1.1 O sigilo bancário no ordenamento jurídico brasileiro	378
1.2 A penhora on line através do sistema BACEN JUD: características e fundamento legal	387
2 A PENHORA ON LINE ATRAVÉS DO SISTEMA BACEN JUD CONFIGURA VIOLAÇÃO DO DIREITO AO SIGILO BANCÁRIO?	394
2.1 Há quebra de sigilo bancário?	394
2.2 Panorama jurisprudencial	400
CONCLUSÃO	410
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	411
 <i>O Princípio da Isonomia Tributária e sua Aplicabilidade</i>	
Juliana Evangelista Montenegro Barbosa	413
INTRODUÇÃO	413
I O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA IGUALDADE	414
1.1 Princípios e Regras: distinção e importância	414
1.2 Aspectos relevantes sobre os Princípios Constitucionais	417
1.3 A Igualdade na Constituição Federal de 1988	418
1.3.1 Igualdade como Princípio Fundamental	419
1.3.2 Igualdade como Direito Fundamental	420
1.3.3 Aplicabilidade Imediata	421
1.3.4 Diferenciações e Finalidades.	422
2 ISONOMIA COMO UM PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	425
2.1. Vedação à Arbitrariedade	426
2.2 Requisitos para a aplicação do Princípio da Isonomia Tributária	427
2.3 Critérios para as Diferenciações	429
2.3.1 Capacidade Contributiva	429
2.3.2 Extrafiscalidade	431
CONCLUSÃO	433
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	434

<i>A Conseqüência Jurídica do Conflito Normativo entre a Lei Ordinária e a Lei Complementar Tributária</i>	
Rogério A. Fernandes de Carvalho	437
INTRODUÇÃO	437
1 QUAL A CONSEQÜÊNCIA JURÍDICA DO CONFLITO NORMATIVO ENTRE A LEI ORDINÁRIA E A LEI COMPLEMENTAR TRIBUTÁRIA? HIPÓTESES TEÓRICAS POSSÍVEIS PARA A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA FORMULADO E A POSIÇÃO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES NA SUA REDEFINIÇÃO	438
1.1 Posições teóricas adotadas para a resolução do conflito normativo	438
1.1.1 Conceito de lei complementar	438
1.1.2 Teoria da hierarquia e sua tipologia	439
1.1.3 Teoria da invasão de competência legislativa	445
1.1.4 Teoria da inconstitucionalidade reflexa ou indireta	448
1.2 A jurisprudência oscilante do STJ e do STF: posições contraditórias e o uso instrumental e casuístico das teorias	452
2 INTER-RELAÇÃO DA TEORIA DA HIERARQUIA COM AS FUNÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR NO SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	460
2.1 Tipologia das funções da lei complementar no sistema tributário	461
2.2 Proposta de sistematização das hipóteses de conflito	465
CONCLUSÃO	467
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	468
 <i>Status Isonômico das Leis Complementares e Leis Ordinárias no Direito Tributário Brasileiro</i>	
Diego Ferreira	471
INTRODUÇÃO	471
1 COMPETÊNCIA LEGISLATIVA TRIBUTÁRIA	473
1.1 Definição de competência	473
1.2 Distribuição de competência	474
1.3 Espécies de competência	475
1.4 Significado das normas gerais tributárias como pressuposto ao estudo da lei complementar à luz da Constituição de 1988	476
2 LEIS COMPLEMENTARES E LEI ORDINÁRIA	478
2.1 Considerações gerais acerca da lei complementar e da lei ordinária como fundamento de isonomia entre estes instrumentos normativos	478
2.2 Finalidades da lei complementar	480
2.3 A questão da hierarquia entre a lei complementar e a lei ordinária	481
CONCLUSÃO	488
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	490

<i>As Presunções e Ficções no Direito Tributário</i>	
Gabriela Grings Fleck	491
INTRODUÇÃO	491
I NOÇÕES DE PRESUNÇÕES E FICÇÕES E SUA UTILIZAÇÃO NO DIREITO TRIBUTÁRIO	492
1.1 Breve Análise sobre as Presunções e Ficções	492
1.1.1 Histórico sobre as Presunções	492
1.1.2 Conceito de Presunção	493
1.1.3 Classificação das Presunções	495
1.1.4 Conceito de Ficções	496
1.1.5 Classificação das Ficções	496
1.1.6 Diferenças entre Presunções e Ficções	496
1.2 As Presunções e Ficções no Direito Tributário	497
1.2.1 Possibilidade da Utilização das Presunções e Ficções no Direito Tributário	497
1.2.2 Funções desempenhadas pelas Presunções e Ficções no Direito Tributário	500
2 LIMITES AO USO DAS PRESUNÇÕES E FICÇÕES NO DIREITO TRIBUTÁRIO	502
2.1 As Implicações das Presunções e Ficções frente às Normas de Competência Tributária	503
2.1.1 Extrapolação de Presunções e Ficções na Definição da Hipótese de Incidência	503
2.1.2 Da Exigibilidade do Tributo - Fato Gerador na Substituição Tributária para Frente - Artigo 150, parágrafo 7º, da Constituição Federal de 1988	508
CONCLUSÃO	514
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	515

QUARTA PARTE: DIREITO ADMINISTRATIVO

<i>Atos Administrativos Sujeitos a Registro pelos Tribunais de Conta e a Decadência da Prerrogativa Anulatória da Administração Pública</i>	
Rafael Da Cás Maffini	519
INTRODUÇÃO	519
I ATOS SUJEITOS A REGISTRO PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS E ATOS ADMINISTRATIVOS COMPLEXOS	522
2 A DECADÊNCIA DA POTESTADE ADMINISTRATIVA DE INVALIDAÇÃO DE ATOS E O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO DA CONFIANÇA	528
CONCLUSÕES	534
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	536

<i>A Composição dos Colegiados da Administração Pública Direta e Indireta</i> Marília F. de Marsillac	539
INTRODUÇÃO	539
1 AS DIVERSAS ESPÉCIES DE COLEGIADOS EXISTENTES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA	540
2 A SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E SEUS COLEGIADOS	544
3 A NATUREZA DA PARTICIPAÇÃO NOS ÓRGÃOS DE DELIBERAÇÃO COLETIVA ..	547
4 OS FATORES QUE CONDICIONAM A PARTICIPAÇÃO	551
5 A DURAÇÃO DOS MANDATOS	553
6 A REMUNERAÇÃO DE SEUS MEMBROS	554
7 A REPERCUSSÃO PREVIDENCIÁRIA DO JETON	560
8 A DISTINÇÃO ENTRE CARGOS, EMPREGOS, FUNÇÕES E A PARTICIPAÇÃO EM COLEGIADOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA	562
9 A COMPATIBILIDADE ENTRE AS ESSAS ATUAÇÕES (NO CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO NA ORIGEM E COMO MEMBRO DO COLEGIADO) E A CONSEQÜENTE INOCORRÊNCIA DA ACUMULAÇÃO CONSTITUCIONALMENTE VEDADA	566
10 A NECESSÁRIA LIMITAÇÃO DE TEMPO DE MODO A NÃO PREJUDICAR O DESEMPENHO DO CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO NA ORIGEM	568
CONCLUSÕES	569
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	570

<i>A Isenção Previdenciária do Servidor Público e o Abono de Permanência</i> Roberto Carus	573
INTRODUÇÃO	573
1 AS ALTERAÇÕES NA PREVIDÊNCIA DO SETOR PÚBLICO E O ALCANCE DA NORMA ISENTIVA	574
2 A ISENÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	581
3 O ABONO DE PERMANÊNCIA	586
4 A APLICAÇÃO DAS NORMAS POR OCASIÃO DA MUDANÇA DE CARGO	591
CONCLUSÃO	595
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	597

<i>A Responsabilidade Civil do Estado e o Dano Moral</i>	
Jair José Perin	599
INTRODUÇÃO	599
1 DIFERENÇA ENTRE RESPONSABILIDADE SUBJETIVA E RESPONSABILIDADE OBJETIVA	600
2 FUNDAMENTO ATUAL DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO	601
3 A DESNECESSIDADE DE DENUNCIACÃO DA LIDE E AÇÃO REGRESSIVA	602
4 O AMPARO PARA O DANO MORAL E A RELATIVIDADE DO DIREITO	605
5 A INCOMPATIBILIDADE DA TEORIA DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA ANTE O DANO MORAL (TEORIA SUBJETIVA)	610
CONSIDERAÇÕES FINAIS	612
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	614

<i>A Suspensão do Fornecimento de Energia Elétrica a Usuário Inadimplente e o Entendimento do Superior Tribunal de Justiça</i>	
Juliana Druck de Oliveira Souto	615
INTRODUÇÃO	615
1 HISTÓRICO E COMENTÁRIOS DE DECISÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	616
2 HISTÓRICO E COMENTÁRIOS DE DECISÕES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	624
CONCLUSÃO	636
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	637

<i>Tratamento Jurídico da Proteção e Defesa do Usuário de Serviços Públicos</i>	
Roberta Bagatini Bassegio	639
INTRODUÇÃO	639
1 TRATAMENTO DO USUÁRIO DE SERVIÇO PÚBLICO PELA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL	640
1.1 Do contexto em que se insere a questão da defesa dos direitos do usuário de serviço público	640
1.2 O usuário de serviço público e o Código de Proteção e Defesa do Consumidor ...	641
1.3 O usuário de serviço público e a Lei Geral das Concessões de Serviço Público	645
1.4 Visão conjunta das normas de direito privado e das normas de direito administrativo ...	646
2 TRATAMENTO CONSTITUCIONAL DO USUÁRIO DE SERVIÇO PÚBLICO	649
2.1 Análise da legislação infraconstitucional à luz da Constituição Federal de 1988	649
2.2 Diferença entre atividade econômica e serviço público	650
2.3 Conceito de consumidor versus conceito de usuário	654
2.4 Corolário da distinção dos regimes jurídicos: a Emenda Constitucional nº 19/98	656